

RAMIZ GALVÃO E A IDEIA DE BIBLIOTECA COMO VITRINE DA NAÇÃO:

modelos europeus e trocas culturais no processo de modernização da Biblioteca Nacional:

Ramiz Galvão and the idea of library as a mirror of the nation. European models and cultural exchange in the modernization process of the National Library

Ana Paula Sampaio
CALDEIRA

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
anapaula.sampaiocaldeira@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa os impactos da viagem de Benjamin Franklin Ramiz Galvão à Europa, em 1873, para a reformulação da Biblioteca Nacional, instituição dirigida por este intelectual desde 1870. Procurou-se perceber essa viagem como um ponto central no processo de modernização da BN, na medida em que serviu para a alteração de seus estatutos e, em especial, para sintonizar a biblioteca brasileira a outros espaços letrados europeus e também americanos. Inicialmente, o artigo ressalta a importância da viagem na formação intelectual de Ramiz Galvão e aborda também de que maneira deslocamentos como o que fez o diretor da BN evidenciam a estreita relação mantida entre intelectuais e Estado naquele momento. Em seguida, analisa o principal fruto dessa visita à Europa: um minucioso relatório produzido por Galvão sobre o funcionamento das bibliotecas que conheceu. O objetivo foi cotejar essas informações com os Estatutos da Biblioteca Nacional de 1876, buscando perceber como os modelos europeus serviram à formação de um projeto de biblioteca brasileira e também para a criação de uma rotina de serviços para a instituição. Por fim, este estudo analisa como a viagem favoreceu a inserção de Ramiz numa rede de sociabilidade internacional que envolvia livreiros, bibliotecários e bibliófilos e a importância dessa rede no projeto de reestruturação do funcionamento (e da imagem) da Biblioteca Nacional.

Palavras-chave: Biblioteca Nacional; Intercâmbios culturais; Viagens; Ramiz Galvão.

ABSTRACT

This study analyzes the impacts of Benjamin Franklin Ramiz Galvão's trip to Europe, in 1873, on the restructuring of National Library (NL), which was under his management since 1870. It seeks to regard this trip as a milestone in the modernization process of NL since it contributed to changing the library statutes and, mainly, to tuning the Brazilian library to other literary spaces in Europe and the USA. Firstly, this study highlights the importance of this trip to Ramiz Galvão's intellectual development and how this kind of trip reveals the close relationship built between intellectuals and government then. Secondly, it analyzes the main fruit of his visit to Europe: a detailed report by Galvão on how the libraries he visited worked. The aim here was to collate information from both the report and the National Library Statutes of 1876 in order to understand how European models afforded both the development of a Brazilian library project and the establishment of daily activities in the institution. Finally, it analyzes how the trip enabled Ramiz to engage in an international social network, which encompassed booksellers, librarians and bibliophiles, and the importance of this network to the project of re-establishing the operation (and image) of National Library.

Keywords: National Library; Cultural exchange; Trips; Ramiz Galvão.

No Brasil de fins do século XIX, diversas instituições e intelectuais atuaram com o intuito de construir projetos nacionais que englobavam a modernização dos principais espaços de saber brasileiros. Quando estamos nos referindo a projetos de nação, pensamos em homens que dão vida a esses projetos e que, como intelectuais, atuaram na reformulação das instituições de saber imperiais. Benjamin Franklin Ramiz Galvão foi um desses agentes que assumiu uma posição de destaque em sua geração, organizando a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN) para que ela passasse a ocupar não só o lugar de principal biblioteca do país, como também de espaço promotor das letras e da história nacional. A modernização e a reforma no funcionamento da Biblioteca Nacional, realizadas durante o período de administração de Ramiz Galvão, isto é, entre 1870 e 1882, traziam uma série de desafios para este intelectual e também para toda a sua equipe de funcionários, que contava com nomes como: Capistrano de Abreu, Alfredo do Vale Cabral e José Alexandre Teixeira de Melo. Alguns desses desafios diziam respeito à ampliação e disponibilização do acervo, bem como ao trabalho rotineiro da instituição: Se a ideia era abrir a biblioteca ao público, como organizar a entrada e saída de pessoas do prédio e zelar pela integridade das obras consultadas? Qual seria a melhor estratégia para o desenvolvimento de um catálogo que pudesse ajudar aos frequentadores da instituição naquilo que procuravam? Como completar a biblioteca com a documentação indispensável para escrever a história do Brasil? Para solucionar essas e outras questões, Ramiz Galvão empreendeu uma viagem à Europa que lhe permitiu conhecer de perto o funcionamento das principais bibliotecas daquele continente, dando a ele condições e exemplos para pensar a reorganização da biblioteca brasileira.

Este artigo parte justamente da viagem que o bibliotecário empreendeu à Europa para analisar o processo de reformulação da Biblioteca Nacional a partir de meados da década de 1870. Percebemos essa viagem como um ponto central no processo de modernização da BN, na medida em que serviu para a reformulação de seus estatutos e, em especial, para sintonizar a biblioteca brasileira a outros espaços de saber, tanto europeus como americanos. Em 1873, o diretor da BN foi nomeado pelo governo imperial para representar o Brasil na Exposição Internacional de Viena, mas recebeu também a incumbência de, aproveitando a sua estadia no continente europeu, visitar as principais bibliotecas do “Velho Mundo”. Neste sentido, ele permaneceu na Europa pouco mais de um ano e pôde investigar a fundo as bibliotecas das cidades de Paris, Londres, Berlim, Munique, Leipzig, Florença, Milão, Viena e Lisboa. O intuito era, em primeiro lugar, observar a organização dessas instituições, extraindo delas uma dinâmica de funcionamento que pudesse servir como modelo de construção de uma “nova” Biblioteca Nacional. Em segundo lugar, procurava-se adquirir nos arquivos europeus cópias de documentos que pudessem “lançar luz” sobre pontos nebulosos da história nacional. Um dos resultados da viagem foi a elaboração de um detalhado relatório que tomaremos como nossa principal fonte.

Inicialmente, analisaremos o impacto da viagem para a formação de Ramiz Galvão e abordaremos também de que maneira viagens como a que fez o diretor da BN evidenciam

a estreita relação mantida entre intelectuais e Estado naquele momento. Este letrado entrou para a direção da Biblioteca Nacional ainda muito jovem. Originário de uma família com poucos recursos, nunca tivera, até então, a oportunidade de conhecer outros países e suas instituições. Assim, com patrocínio do Governo Imperial, a ida à Europa serviu não só à Biblioteca Nacional, mas também ao seu diretor, que soube utilizá-la como plataforma para sua própria trajetória intelectual. Em seguida, analisaremos o principal fruto dessa viagem: um relatório produzido pelo bibliotecário e enviado ao Ministério do Império, em que descreve o funcionamento das instituições que visitou enquanto esteve na Europa. Nosso objetivo é cotejar essas informações com os Estatutos da Biblioteca Nacional de 1876, buscando perceber como os modelos europeus serviram à formação de um projeto de biblioteca brasileira e para a criação de uma rotina de serviços para a instituição (CHUVA, 2009). Por fim, analisaremos como a viagem favoreceu a inserção de Ramiz Galvão numa rede de sociabilidade internacional que envolvia livreiros, bibliotecários e bibliófilos europeus e a importância dessa rede no projeto de reestruturação do funcionamento (e da imagem) da Biblioteca Nacional.

Viagem, a “escola do homem”

Quando assumiu a Biblioteca Nacional, aos 24 anos, Ramiz Galvão não tinha experiência com o cotidiano de uma biblioteca. Se compararmos sua trajetória com a de frei Camilo de Monserrate, seu antecessor na direção da BN, por exemplo, notamos algumas diferenças substanciais entre esses dois letrados. O religioso beneditino nasceu na França, mas teve a experiência de conhecer outros países, quando empreendeu uma viagem para a Austrália. Mais tarde, saiu de sua terra natal e veio para os trópicos. Quando chegou à direção da Biblioteca Nacional, em 1853, já possuía experiência com a organização da biblioteca de seu mosteiro. Ramiz Galvão não tinha dirigido nenhuma instituição do tipo. Nunca havia estado em outro país e, sobre as grandes bibliotecas europeias, sempre tomadas por ele como referências, só as conhecia por meio dos livros, pelos comentários de seus pares e por intermédio dos catálogos e informações que encomendava aos amigos que iam para o exterior.

Ramiz Galvão, é bom lembrar, não tinha posses, portanto, utilizava-se dos meios de que dispunha e da sua rede de sociabilidade para conseguir materiais e informações que pudessem ajudá-lo em seu trabalho na Biblioteca Nacional. A correspondência do bibliotecário nos permite ter uma ideia de suas estratégias. Em carta enviada de Berlim por Werneck de Aguilar, este informa ao diretor da BN que “para satisfazer a incumbência que me deu, fui logo à Biblioteca Real desta cidade, a fim de indagar se ali existem manuscritos que interessem à história do Brasil” (AGUILAR, 1874). Cartas como essas nos apontam para a prática de Ramiz Galvão de aproveitar a passagem de seus amigos pelas principais cidades europeias para pedir a eles que procurassem materiais que auxiliassem seus projetos na BN.

Outro conjunto de cartas, trocadas entre Ramiz Galvão e o almirante Luiz Felipe Sal-

danha da Gama, nos permite perceber de forma mais clara como ele coletava notícias a respeito das bibliotecas do Velho Mundo e como, a partir delas, buscava pensar mudanças práticas para o funcionamento da BN. Mas esses documentos nos dizem também sobre os próprios planos do bibliotecário em empreender uma viagem à Europa por meio da ajuda do governo imperial. Em julho de 1872, Luiz Felipe, que, além de cunhado, nutria uma amizade muito estreita com Ramiz Galvão, se encontrava em Lisboa a bordo da corveta *Niterói*. Após contar pormenores da viagem, como as festividades promovidas dentro da corveta, a visita que recebeu dos reis de Portugal e também os jantares oferecidos pelos parentes que viviam na capital portuguesa, o almirante não se esqueceu de dar ao amigo as notícias que ele tanto esperava, evidenciando que já sabia da possibilidade do cunhado vir ao seu encontro:

Não me descuidei igualmente de tuas recomendações e já fui à Biblioteca Pública desta capital observar a arrumação filosófica das estantes e livros. Aí obtive do bibliotecário um exemplar do catálogo para levar-te. Em uma das cartas recebidas daí, soube com extremo júbilo de tuas esperanças acerca da vinda à Europa como membro da comissão brasileira na Exposição de Viena. Não imaginas o júbilo que isso me causou, e ainda por pensar que nos poderemos encontrar nesse foco das artes e da civilização [...] (GAMA, 1872).²

A resposta de Ramiz Galvão foi enviada em julho de 1872. Após agradecer a Luiz Felipe a sua ida à Biblioteca de Lisboa e a obtenção do catálogo da instituição, aproveitava para fazer mais um pedido:

Peço-te encarecidamente que continues em tua longa romaria a proceder do mesmo modo, e mui particularmente quando chegares a Londres e Paris, onde existem esses dois monumentos – Museu Britânico e Biblioteca Nacional –, que se me afiguram de longe prodígios admiráveis (GALVÃO, 1872).

Já que não tinha como ver de perto as instituições de saber do Velho Mundo, ele procurava a ajuda de amigos e parentes para, com base nas informações recolhidas, conhecer como elas organizavam suas coleções e catálogos e, então, pensar de que forma poderia reformular o trabalho na Biblioteca Nacional. Mas a carta nos informa também das esperanças, ainda que cautelosas, de Ramiz Galvão em ir à Europa e do esforço que fazia junto ao Imperador para integrar a comissão que iria a Viena no ano seguinte:

Pelo modo porque escrevo, verás que ainda não tenho certeza alguma de ir em comissão do governo visitar esse velho mundo civilizado, cousa que aliás é hoje minha maior inspiração. Provavelmente meu sogro foi quem te deu esta notícia, e como nutre muito bons desejos a meu respeito acreditou que o negócio estava mais adiantado do que realmente está, e assim te comunicou. Posso assegurar-te que o que tenho são simples grandes esperanças, sobre o fundamento delas só o que te direi é que o Imperador prometeu “que se não esqueceria do meu desejo” (textual), e que estou nomeado membro da comissão adjunta à comissão superior da Exposição Nacional na Corte, e encarregado de fazer um trabalho sobre o município neutro em geral, e em particular sobre as bibliotecas e imprensa da capital (GALVÃO, 1872).

A notícia tão aguardada não tardou a chegar. Nomeado, em 1873, pelo governo Imperial para participar da comissão que representaria o Brasil na Exposição Universal de Viena, Ramiz Galvão teve a oportunidade de conferir por si próprio as informações que demandava aos seus amigos. Sua viagem pela Europa, como já mencionamos, durou pouco mais de um ano. Num determinado momento de seu percurso, recebeu do governo imperial a incumbência de procurar e adquirir algumas obras e também documentos referentes à história do Brasil existentes nas bibliotecas e arquivos europeus. Certamente, a viagem foi importante para que empreendesse as mudanças que vinha pedindo ao Ministério do Império. Algumas já tinham sido conseguidas logo nos primeiros anos de sua direção, como a abertura do prédio e a consulta ao acervo da Biblioteca Nacional durante o período noturno. Porém, talvez faltasse o fundamental: a BN precisava definir sua função. Para o papel que Ramiz Galvão buscava dar àquela casa, era necessário reformular os seus cargos e estatutos. Se o Brasil desejava fazer parte do concerto das nações civilizadas, era preciso que a sua principal biblioteca se organizasse nos moldes das congêneres europeias, especialmente as dos dois países considerados à época como modelos de civilização e de progresso intelectual e científico: a França e a Inglaterra. Para isso, a viagem e a observação de outras instituições serviam como um norte e um espelho para aquilo que a Biblioteca Nacional poderia se tornar.

Sair da sua região e conhecer outras partes do país e do mundo não era propriamente uma novidade para os cientistas e homens de saber do século XIX e de séculos anteriores. Krzysztof Pomian (1984, p. 51-86), por exemplo, nos lembra das viagens empreendidas pelos colecionadores europeus no século XV, em busca de objetos e documentos que aumentassem e enriquecessem suas coleções. Além de servirem para a aquisição de materiais, as viagens ampliavam também o conhecimento, alargando a visão que um homem do saber tinha a respeito do mundo. A viagem tinha, portanto, um significado muito importante para os homens de letras e de ciências: a de fazer parte da sua formação, servindo, como constava na *Bibliothèque Universelle des Voyages*, publicada em 1833, como uma “escola” para os homens:

As viagens são a escola do homem, ele não dá um passo sem aumentar os seus conhecimentos e ver recuar diante de si o horizonte. À medida que avança, seja através de observações próprias, seja lendo os relatos de outros, ele perde um preconceito, desenvolve o espírito, apura o gosto, aumenta a sua razão acostumando-se ao altruísmo. E tanto por necessidade quanto por justiça em relação à humanidade, sente-se a cada vez impelido a se tornar melhor, dizendo a si mesmo segundo o filósofo inglês Tolland: o mundo é a minha pátria, e os homens são meus irmãos (BIBLIOTHÈQUE UNIVERSELLE DES VOYAGES, 1833 apud GUIMARÃES, 2000a, p. 389).

Como lembra Angela de Castro Gomes (2005), as viagens e o trabalho intelectual eram elementos que possuíam ligações estreitas. Afinal de contas, esperava-se que um intelectual fosse alguém que conhecesse diversos lugares e que, valendo-se desse conhecimento, tivesse condições de confrontar instituições, comparar o que viu e utilizar tudo

isso para compreender o seu próprio país (GOMES, 2005, p. 26-8). Nesse caso, consideramos que a viagem como formação deve ser entendida de forma ampla, ou seja, poderia englobar tanto viagens para o estrangeiro quanto para regiões dentro do próprio país. O que importa é pensar como a experiência de visitar outro lugar poderia alargar o campo de visão desses intelectuais, permitindo-lhes ver de perto o “Brasil profundo” ou ainda, ao conhecer uma nação estrangeira e estabelecer comparações e modelos, formulando projetos originais para o desenvolvimento do próprio país.

Existe uma vasta literatura sobre a questão das viagens no século XIX, especialmente sobre europeus que vinham para o Brasil, ou mesmo para outras regiões da América, com o intuito de observar a natureza e coletar materiais que pudessem ajudar no desenvolvimento científico e no conhecimento a respeito dessas regiões, vistas muitas vezes sob o olhar da diferença e do exotismo.³ Não são exatamente essas viagens que nos interessam aqui. Embora haja proximidades entre elas, estamos falando dos deslocamentos de intelectuais que realizavam o movimento contrário: se os viajantes estrangeiros estavam interessados na natureza dos trópicos, os viajantes brasileiros, ao saírem do país, estavam à procura daquilo que representava a “civilização” do Velho mundo: suas bibliotecas, universidades, arquivos e academias. Mas é preciso lembrar que, não importa o sentido da viagem, elas submetiam seus agentes a impressões cognitivas e estéticas, na medida em que possibilitavam a eles a experiência de conhecer e sentir, por seus próprios olhos, um espaço diferente, fosse ele tomado como “excêntrico”, fosse ele concebido como “civilizado”.

As viagens começavam cedo para muitos desses intelectuais brasileiros. A primeira grande viagem de Ramiz Galvão, por exemplo, foi aos 6 anos de idade, quando saiu de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, e veio tentar a vida no Rio de Janeiro. Outros de sua época também tiveram trajetórias semelhantes, como Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Manoel Bomfim ou Silvio Romero, só para citarmos alguns que deixaram seus lugares de nascimento e foram para a Corte, buscando ampliar suas redes de relações e alcançar notoriedade nesse ambiente que representava o centro cultural e político do país. Como lembra Ilmar Rohloff de Mattos (1997)⁴ ao tratar especificamente do caso de Capistrano, esses deslocamentos abriram a esses homens a possibilidade de descobrirem a si mesmos e se tornarem o que se tornariam mais tarde.

Mas ao longo da vida desses intelectuais, as viagens continuavam. Muitas vezes, viajava-se para dentro do país, para conhecê-lo e dá-lo a conhecer: ver seus rios, sua natureza, sua população e costumes. Esse foi o caso, por exemplo, de homens como José de Alencar, Gonçalves Dias e Varnhagen. É conhecida a história relacionada a este último autor que, em meio à sua excursão pelo interior do país, viu-se ameaçado por “selvagens”, mudando suas impressões em relação aos povos indígenas (CEZAR, 2007, p. 168). Já no século XX, essas viagens ao interior do Brasil continuavam a estimular e inspirar a produção de intelectuais como Gilberto Freyre, que numa passagem pela Bahia, por exemplo, obteve informações valiosas sobre os trajes das baianas e seus tabuleiros, mais tarde utilizadas em

seus ensaios (NICOLAZZI, 2006, p. 241).

O tema da viagem e do deslocamento inspirava também a elaboração de obras de diversos tipos, inclusive com forte teor pedagógico. Um exemplo muito rico nesse sentido foi o livro de grande sucesso escrito por Manoel Bomfim e Olavo Bilac, *Através do Brasil*, publicado em 1910, mas reeditado diversas vezes a partir de então. O livro conta as aventuras de dois irmãos, Carlos e Alfredo, que, imaginando-se órfãos em razão da doença do pai, percorrem o Brasil inteiro, dando a conhecer diversos “tipos” nacionais, bem como os costumes, as regiões e a natureza do Brasil. Utilizada durante muitas décadas como manual escolar, a obra possibilitava que os pequenos leitores do país, conduzidos por Carlos e Alfredo, também viajassem através do Brasil. Viajava-se sem sair do lugar, mas, ainda assim, o deslocamento pelo interior do país tinha um sentido de descoberta e conhecimento: inspirando-se nos livros *Le Tour de la France par deux enfants*, de Augustine Tuillerie, e *Cuore*, do italiano Edmondo de Amicis, *Através do Brasil*, sem descuidar de mostrar a diversidade do país, ressaltava também os elementos que lhe conferiam unidade (BILAC; BOMFIM, 2002).

Os intelectuais, no entanto, viajavam também para fora do país. Deslocamentos que tinham muitas vezes a finalidade de estudo, em que se contava com a proteção de um intelectual mais velho e “estabelecido”. Esse foi novamente o caso de Gilberto Freyre, em cuja estada nos EUA e viagem para a Europa pôde contar com a indispensável ajuda de Oliveira Lima. Nesse caso, a viagem (e seu protetor) introduziu o jovem Freyre no mundo intelectual, possibilitando a ele conseguir colocações e iniciar contatos que lhe renderiam, até mesmo, um convite para dar aulas em Stanford (GOMES, 2005, p. 26-28; NICOLAZZI, 2006, p. 241).

Como ressalta Wilma Costa (2003, p. 57-81), em muitos casos viajava-se não somente pelo país ou para fora do país, mas a serviço dele. Assim, esses deslocamentos eram uma prática não só incentivada, como financiada pelo Estado. Convém lembrar que muitos intelectuais da época eram funcionários do Governo Imperial. Esse era o caso, por exemplo, do próprio Ramiz Galvão, como também de homens como Varnhagen e Gonçalves Dias, cujas posições na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros permitiram a realização de viagens, a serviço do governo, por diversos países. Além do caso de Ramiz Galvão, outro exemplo importante é Ladislau Neto, que administrou o Museu Nacional (MN) entre 1875 e 1893. Em 1864, portanto, antes de ocupar o cargo de diretor do MN, Ladislau Neto empreendeu uma viagem à Europa, utilizando recursos públicos para isso, com o objetivo de aprofundar seus estudos sobre ciências naturais. A prática continuou durante o regime Republicano e um exemplo disso é Manoel Bomfim, que em 1902 conseguiu do governo brasileiro uma bolsa para estudar em Paris (BILAC; BOMFIM, 2002, p. 38). Mas, se quisermos permanecer no âmbito da Biblioteca Nacional, vale mencionar outro de seus diretores, Manoel Cícero Peregrino da Silva, que viajou à Europa e também aos EUA em 1907. De maneira semelhante a Ramiz Galvão, seu objetivo também era aprender

técnicas e estudar concepções de bibliotecas baseado nos modelos europeus, especialmente para levar adiante uma nova reforma que planejava realizar na BN. De acordo com Carlos Henrique Juvêncio (2016, p. 29), a viagem de estudos de Peregrino da Silva também teria gerado um relatório, cuja existência efetiva o autor não pode confirmar.

Como lembra Manoel Salgado Guimarães (1988, p. 5-27), o Estado Brasileiro, em diversos momentos, agiu como uma espécie de mecenas, que, na forma de bolsas, recursos, pagamento de viagens e cargos públicos, procurava viabilizar o trabalho intelectual. Como se sabe, diversos intelectuais brasileiros orbitavam em torno do Estado, atuando em instituições públicas, como secretarias, museus e bibliotecas; ou ainda em espaços que recebiam recursos públicos, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o que lhes possibilitava ter contato com documentos, escrever e publicar seus estudos e ainda viajar para dentro e fora do país.

Alguns estudos importantes pensaram essa relação entre Estado e intelectuais, bem como o papel do Estado como mecenas, tomando como objeto a Europa dos séculos XVII e XVIII. Ao pensar o século XVIII europeu, Roger Chartier (1997), por exemplo, destacou a importância do mecenato régio para a independência dos homens de letras. Colocar-se sob a tutela do rei-mecenas era uma forma desses homens evitarem a “dependência humilhante do vínculo da clientela”, garantindo maior liberdade em seus estudos a todos aqueles que não podiam depender de suas próprias rendas (CHARTIER, 1997, p. 121). Isabel Mota, ao tratar especificamente do caso português, também destacou a importância do Estado, na figura de seus monarcas, como patrocinadores dos estudos históricos e científicos no país. Seu olhar se voltou, especialmente, para a questão da escrita da história e, de forma mais precisa, para a fundação da Academia Real de História Portuguesa, instituição criada em 1720 pelo rei D. João V, com o interesse de incentivar os estudos históricos no reino e promover as glórias de Portugal para toda a Europa. Reunindo na agremiação alguns dos maiores eruditos do país, a eles foi dado livre acesso aos documentos e materiais indispensáveis para alicerçar um passado para o reino, mas também competia a esses intelectuais exaltar a monarquia e projetar uma imagem poderosa, sagrada e absoluta do rei (MOTA, 1998, p. 471-493; MOTA, 2003). Tomando por base as considerações de Eisenstadt, podemos afirmar que o estudo de Isabel Mota lembra a relação de mão dupla mantida entre o Estado e os intelectuais, especialmente a partir da formação dos Estados modernos: estes precisavam de legitimação e, para isso, contaram com a ajuda dos homens de saber, oferecendo-lhes proteção e acesso às instituições, ou seja, viabilizando seu trabalho e tornando-os mais independentes das redes clientelísticas (EISENSTADT, 1972).

Os trabalhos de Blandine Kriegel também evidenciam as relações entre Estado e intelectuais, destacando, particularmente o papel das viagens nesse contexto. No grande estudo que realizou a respeito do processo denominado por ela como “derrota da erudição”, Blandine dedicou um de seus livros inteiramente à análise da figura de Jean-Ma-

billon. Na Europa dos séculos XVII e XVIII, religiosos como ele foram responsáveis por vários projetos enciclopédicos de reunião de documentos, atas e notícias de dinastias, cidades, reinos e antiguidades realizados na época. Tratava-se de um momento, como lembra a autora, em que a história estava intimamente ligada à ciência religiosa. Nesse ambiente religioso das ordens monásticas, a moderna crítica documental nascia e se desenvolvia. Mabillon, tido como o pai da Diplomática, foi um beneditino da famosa abadia de *Saint-Germain-des-Prés*, interessada em estudar seu próprio passado, os manuscritos da ordem, as vidas de seus santos, entre outros assuntos. Entre 1655 e 1677, foram compilados naquela abadia treze volumes *in-quarto* de documentos, incluindo cânones, concílios, crônicas, histórias, hagiografias, correspondência, entre outros. Tratava-se de um programa de estudos interessado em celebrar a ordem e defender a Igreja Católica dos ataques dos quais era objeto na época. As viagens empreendidas por eruditos como Mabillon não tinham, portanto, um sentido místico ou espiritual, mas eram uma experiência *savant*, interessada em incunábulos, manuscritos, documentos e raridades num momento em que tudo estava por ser feito: elaboração de catálogos, recenseamento de fontes, organização de coleções, arquivos e bibliotecas (KRIEDEL, 1988, v. 1, p. 93).

Assim, todo esse trabalho de compilação documental estava diretamente ligado e era viabilizado pelas viagens empreendidas por homens como Mabillon. O erudito teve a oportunidade de visitar diversas instituições da Itália e Alemanha, copiando os documentos que servissem aos seus objetivos. Interessante é que Mabillon não realizou essa tarefa somente a serviço de sua ordem, como também a mando do Estado. Depois do sucesso da obra *De Re Diplomatica*, publicada em 1681, Colbert confiou ao erudito a missão de encontrar peças interessantes para a Casa Real, dando-lhe toda a proteção oficial para realizar esse trabalho. Havia, portanto, como destaca Blandine Kriegel, uma relação estreita entre esses *savants* e os interesses do Estado Monárquico, que cada vez mais assumia um papel importante na montagem de coleções documentais, arquivos e bibliotecas como forma de sanar duas necessidades: a de glorificar a monarquia e a de municiar o Estado das informações indispensáveis à sua ação (KRIEDEL, 1988, v. 1, p. 77-99).

No caso brasileiro, também é possível verificar essa estreita relação entre Estado e intelectuais. Na década de 1870, houve um forte interesse da Monarquia em reformular suas instituições de saber, entre elas a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional e o Arquivo Público, buscando sintonizar o país com a modernidade científica europeia. E isso foi feito numa ação que envolvia o Estado, seus Ministérios, diversas instituições e os intelectuais ligados a essas instâncias. Homens como Ramiz Galvão se empenharam diretamente nesse projeto modernizador, ocupando-se de tarefas de mediação cultural, como a viagem que empreendeu à Europa. Foi, portanto, uma viagem a serviço do Estado, mas que evidentemente trouxe a este letrado benefícios particulares. Não só porque abriu ao diretor da BN a possibilidade de expandir sua formação e ampliar sua rede de relações, como também possibilitou que ele ocupasse um novo lugar no ambiente letrado de sua época, assim que retornou ao Brasil e colocou em prática seu projeto de biblioteca *nacional*.

A viagem, portanto, serviu-lhe como plataforma, impulsionando-o em seus projetos e colocando-o num outro lugar, de maior destaque em relação ao que ocupava quando assumiu a instituição em 1870.

Toda viagem propicia uma experiência não somente de ver outro país com seus próprios olhos, mas também de enxergar o país que se vive de outra forma, de “fora”, por assim dizer. Sendo assim, interessa-nos ressaltar o que viu Ramiz Galvão em sua viagem. Ou seja, qual o seu olhar diante das instituições de saber estrangeiras que teve a oportunidade de visitar enquanto esteve fora? Interessa-nos, também, perceber como a experiência de conhecer outro espaço impactou no próprio olhar deste letrado para as fragilidades da “sua” biblioteca e contribuiu para que ele colocasse em prática um plano para modernizá-la. Para isso, vejamos o que diz o relatório que produziu sobre a visita às bibliotecas públicas europeias.

A busca por um modelo organizacional para a BN

A viagem empreendida por Ramiz Galvão à Europa teve um duplo objetivo. Um deles foi a busca por documentos que pudessem ser transcritos ou comprados para enriquecer o acervo da Biblioteca Nacional e, por consequência, auxiliassem os estudos acerca da história pátria. Ir à Europa em busca desse tipo de material era um itinerário já conhecido pelos intelectuais brasileiros. Vale lembrar as viagens de Varnhagen, por exemplo, cujos cargos diplomáticos ocupados permitiram que ele se constituísse como uma espécie de “historiador-viajante” ou um “viajante compulsivo”, nas palavras de Temístocles Cézar. Isso porque, ao longo de sua vida, Varnhagen empreendeu diversas excursões pela Europa e América, onde passava boa parte dos seus dias visitando os arquivos de países como Portugal, Espanha, Áustria, Inglaterra, França, Cuba e Venezuela, além de ter conhecido também várias regiões brasileiras (CEZAR, 2007, p. 169-170).

As viagens foram um tipo de prática que sobreviveu às mudanças políticas, não se restringindo, portanto, aos interesses do Governo Imperial. Um exemplo disso é a própria trajetória de intelectuais como Luiz Camillo de Oliveira Netto, estudada por Maria Luisa Penna, que dedicou uma parte de seu trabalho justamente para analisar a excursão do historiador mineiro pela Europa nos anos 1930. Luiz Camillo passou por importantes instituições de sua época, notadamente a Casa Rui Barbosa e o Itamaraty, onde ocupou o cargo de diretor da biblioteca. Em 1937, foi recomendado pelo ministro Gustavo Capanema e nomeado por Getúlio Vargas para compor, junto com Rodolfo Garcia e Gilberto Freyre, a comissão que representaria o Brasil no Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo. Assim como Ramiz Galvão e tantos outros homens que viveram no século anterior, foi incumbido também de procurar documentos e pesquisar nos arquivos portugueses. Em seu retorno ao Brasil, escreveu uma carta-relatório na qual expunha seu método de trabalho e refletia sobre a tarefa do historiador e a pesquisa em arquivos (PENNA, 2006, p. 116-144).

Em estudo realizado sobre a trajetória dos intelectuais e a experiência das viagens, Wil-

ma Costa (2003, p. 57-81) faz uma diferenciação entre viagens e peregrinações. De acordo com a autora, a diferença entre ambas não estaria no projeto ou no lugar para onde se vai, mas no impulso que a move. Enquanto a peregrinação é frequente e repetitiva, levando o intelectual a trilhar um caminho já percorrido por outros e, portanto, já conhecido; a viagem, por sua vez, caracteriza-se pelo novo e pela descoberta. Tomando-se essa divisão, podemos afirmar que a ida de intelectuais à Europa com o objetivo de levantar documentos tinha, na verdade, um sentido de peregrinação: acompanhavam-se os caminhos já trilhados pelos antecessores, que passam a ser obrigatórios àqueles que, vindo atrás, os seguem em busca do reconhecimento interpares (COSTA, 2003, p. 57-81). Nesse sentido, pelos lugares que visitou, certamente o deslocamento de Ramiz Galvão foi uma peregrinação. Mas seu percurso pode ser concebido também como viagem, no sentido de descoberta. Não só pela novidade da experiência para o próprio bibliotecário, como também pelo resultado alcançado, a saber, um detalhado e inédito relatório acerca do funcionamento das bibliotecas europeias. Ou seja, ele trilhou caminhos já percorridos por outras pessoas antes dele, mas o fez ocupando-se de outras questões e com outros interesses.

Ainda de acordo com Costa, as viagens, no século XIX, são inseparáveis da escrita. Diários, cartas e romances, por exemplo, são alguns frutos dos deslocamentos empreendidos por cientistas, naturalistas e eruditos, sejam aqueles que saíam da Europa para outros continentes, sejam aqueles que faziam o caminho inverso. Mas a autora também atenta para outro tipo de texto gerado a partir da experiência das viagens e peregrinações: os relatos sobre instituições públicas e costumes. Nas palavras de Wilma Costa (2003),

Na viagem voltada para a observação de instituições políticas e de costumes, o relato é igualmente fundamental. O exercício privilegiado da alteridade, o que o move é o conhecimento, a experiência, a comparação. Seja para aprender com o outro, seja, o que é mais comum, para reiterar a superioridade da cultura e da civilização europeias sobre os outros povos. Observar judiciosamente, estabelecer juízos críticos, propor reformas, condenar práticas incivilizadas, são alguns dos conteúdos que se espera desse tipo de relato (COSTA, 2003, p. 69).

Relatos desse tipo poderiam assumir a forma de pareceres ou relatórios, como o que foi apresentado por Ramiz Galvão ao ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira a respeito da organização das bibliotecas do Velho Mundo. Nesse documento, o bibliotecário centrou-se especialmente em duas instituições: o Museu Britânico de Londres e a Biblioteca Nacional da França. São essas as instituições mais detalhadas em seu texto e são elas também as que mais lhe permitem estabelecer comparações com a congênera brasileira. Embora faça comentários acerca da organização das demais bibliotecas visitadas, como a de *Sainte-Geneviève*, a Mazarine, a do Arsenal (todas as três em Paris), bem como as de Munique, Viena, Berlim, Florença, Milão, Bruxelas, Haia e Lisboa, são as congêneres de França e Inglaterra que, notadamente, se destacaram aos seus olhos pela sua monumentalidade e organização.

O diretor da BN é bastante minucioso em seu relato. Embora diga que não se deterá

nas histórias das bibliotecas visitadas, sua descrição nunca deixa de lado este aspecto e sempre são dadas informações sobre a formação das instituições e de seus acervos. O cotidiano administrativo também é detalhado, Ramiz Galvão chega até a reproduzir as fichas que os leitores devem preencher para acessar os livros depositados naqueles espaços. Ou seja, trata-se de um olhar direcionado não só ao geral, como também aos detalhes mais cotidianos e rotineiros. Tudo poderia servir de inspiração para a biblioteca brasileira. Mas um aspecto que recebe sua atenção é justamente o papel do poder público na formação, crescimento e manutenção daqueles espaços. Para isso, interrogou-se constantemente sobre os recursos destinados pelos governos às bibliotecas, o acervo, o número de funcionários que possuíam e a relação que mantinham com o público.

Nesses quesitos, o que Ramiz Galvão observa é que as bibliotecas estrangeiras, em especial as de França e Inglaterra, só evidenciam os problemas vividos pela congênera brasileira em razão dos limites da atuação do governo Imperial. Embora não diga explicitamente, mostra em seu relatório que a tradição portuguesa teria colocado a BN brasileira muito mais próxima da Biblioteca de Lisboa do que do *British Museum* ou da Biblioteca Nacional de França, esses sim modelos de administração e organização. A instituição britânica, mais até do que a francesa, foi a verdadeira “menina dos olhos” do bibliotecário, que a todo momento se mostrava deslumbrado com aquilo que presenciou, como a ordem e riqueza do acervo e, especialmente, seu catálogo alfabético:

Entremos agora no famoso *reading-room*, e corramos o catálogo da Biblioteca; por ele se terá uma pequena ideia da vastidão dos tesouros ali acumulados. O catálogo consta de 1530 volumes manuscritos com 22 de índices remissivos; colocado no centro do salão ele ocupa uma extensão de 312 pés ingleses, isto é, mais de 100 metros; só o capítulo *Bíblia* enche 27 volumes com 18.980 artigos diferentes, 2 volumes são dedicados a *Shakespeare*; a palavras *Inglaterra* conta 16 volumes e *Grã Bretanha* 33. O catálogo de música consta de 126 volumes, dos quais 101 para os compositores e editores. A sua execução é o que de melhor se pode desejar em um catálogo alfabético (GALVÃO, 1875a, p. 13).

Interessante é perceber a direta relação que Ramiz Galvão estabelece entre o bom funcionamento da biblioteca do *British Museum* e o apoio que o governo britânico dava à instituição. Um exemplo disso estava na ajuda que o Parlamento concedeu à construção do edifício que abrigava a biblioteca e na rapidez com que tudo seguiu para a conclusão do projeto:

Insuficiente já o espaço para acomodar as riquezas bibliográficas do estabelecimento, resolveu-se enfim o Parlamento a decretar fundos para a construção de um vasto salão de leitura e de armazéns para livros do grande quadrângulo interior do edifício, segundo o engenhoso plano de Panizi aprovado pelo conselho dos *trustees* e sancionado pelo governo. Autorizadas as obras em 1854, dentro de três anos tudo se levou a mais feliz execução, e em maio de 1857 abriu-se ao público ao famoso *reading-room*, que é ainda agora a mais suntuosa e cômoda casa de leitura que a Europa possui (GALVÃO, 1875a, p. 9).

A mensagem é muito clara e tem como alvo o Ministério do Império e o Governo Imperial: o bom funcionamento de uma biblioteca não pode prescindir da presença do poder público. E essa presença poderia ser constatada de diversas maneiras quando se falava da biblioteca inglesa, seja pelo papel central do governo britânico na ampliação do acervo da Casa, seja nos justos salários que pagava aos 165 funcionários que trabalhavam na instituição. Número bastante eloquente, frente aos míseros seis empregados que atuavam na Biblioteca Nacional quando Ramiz Galvão assumiu seu posto em 1870 (ARQUIVO NACIONAL, 1871).⁵ Ao longo de todo o relatório, ele enfatiza não apenas as quinze mil libras anuais dispensadas pelo governo inglês à sua primeira biblioteca, como também a compra de manuscritos e obras com recursos públicos, o que permitiu à instituição alcançar a marca de um milhão de volumes em seu acervo. Ramiz Galvão também não perdeu a chance de destacar o valor das remunerações dos funcionários e bibliotecários ingleses: o diretor recebia cerca de £1.200, o secretário e o tesoureiro £500, os escriturários £320, os assistentes £180 e os serventes £100 libras. Ao comparar os salários, o bibliotecário ressaltou ainda que um servente da Biblioteca de Londres ganhava, naquele tempo, tanto quanto o 1º oficial da Biblioteca Nacional: "é graças a semelhante pessoal e tais honorários que o *British Museum* consegue apresentar-se aos que o estudam como um estabelecimento modelo" (GALVÃO, 1875a, p. 23).

A indispensável presença do poder público também se confirmava no orçamento anual da Biblioteca Nacional de França, que alcançava a marca de 545.700 francos ou 196:626\$000 em moeda brasileira. Segundo Ramiz Galvão (1875a, p. 44), "este estabelecimento não é de certo dos que oferecem mais lisonjeiro orçamento, nem as atuais circunstâncias da França comportariam maiores despesas: mais ainda assim, que eloquentes algarismos!". Em seu exercício de comparação, a Biblioteca de França corria muito à frente, por exemplo, da congênera lisboeta, para qual Ramiz Galvão descreveu uma situação bem diferente, de ausência de incentivo do poder público e de poucos recursos. Quando destaca que a Biblioteca de Lisboa possuía um orçamento anual equivalente a 21:200\$000 da moeda brasileira, apenas completou: "Será necessário comentar a exiguidade destas quantias? O orçamento do *British Museum* aí está para responder" (GALVÃO, 1875a, p. 82).

As informações, embora dispersas em todo o relatório, encontram-se resumidas no Quadro 1, a seguir, que permite visualizar a comparação que todo o tempo Ramiz Galvão fazia entre instituições como o *British Museum*, a Biblioteca Nacional de França e a Biblioteca de Lisboa com a BN brasileira. O referido quadro foi elaborado com base nos dados do relatório escrito por Ramiz Galvão e também do novo regulamento, que passou a vigorar na BN do Rio de Janeiro em 1876, ou seja, depois que o bibliotecário retornou de viagem. Assim, as informações que constam sobre a Biblioteca Nacional já incluem as reformas promovidas pelo seu diretor e, embora mostrem uma biblioteca ainda muito menor que as de França e Inglaterra, evidenciam um momento mais otimista, se compararmos à situação da BN alguns anos antes. Contudo, os dados também permitem perceber uma biblioteca ainda muito pequena, funcionando somente com dezoito empregados, portanto, estando mais próxima da

Biblioteca de Lisboa do que das outras duas.

Quadro 1 - Dados sobre as bibliotecas visitadas e comparação com a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

RECURSOS E DESPESAS				
	BRITISH MUSEUM	BIBLIOTECA NACIONAL DE FRANÇA	BIBLIOTECA DE LISBOA	BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (APÓS 1876)
Vencimentos do diretor	£1200, equivalente a 12:000\$000	15000 Francos, equivalente a 5:500\$000	800\$000, equivalente a 1:600\$000	4:800\$000
Número total de empregados	165	132	20	18
Orçamento total	Não informado	Equivalente a 196:626\$000	Equivalente a 21:200\$000	68:800\$000
Divisão por seções	4 seções: a) Livros e impressos; b) Cartas geográficas; c) Estampas Desenhos; d) Manuscritos	4 Seções: a) Livros impressos, cartas e coleções geográficas; b) Manuscritos, códices e diplomas; c) Medalhas e pedras gravadas; d) Estampas	3 seções: a) Ciência e Arte; b) História e Literatura; c) Manuscrito e numismática	3 seções: a) Impressos e cartas geográficas; b) Manuscritos; c) Estampas
Condições de acesso ao público	Leitores com mais de 21 anos. Admissão recomendada por pessoa reconhecida. Estrangeiros necessitam de recomendação.	Organização de duas salas, que atendem a públicos diferentes. Estrangeiros necessitam de recomendação.	Não há referências no relatório.	Entrada permitida para maiores de 14 anos, desde que "decentemente vestidos". Não há restrições para estrangeiros.

Fontes: Elaborado pela autora, com base em Galvão (1875a), e Regulamento... (1877, Anexo E, p. 3-4).

Outra semelhança entre a biblioteca brasileira e a de Portugal, que foi assinalada por Ramiz Galvão em seu relatório, refere-se ao público que utilizava as duas instituições. Essa foi, aliás, uma questão muito observada pelo bibliotecário, que não se esqueceu de atentar para os frequentadores das bibliotecas visitadas. Sobre Lisboa, ele afirmou:

Ali, como entre nós, se estuda seriamente muito pouco, e as sólidas investigações históricas, literárias e científicas não passam como

regra de um circuito limitado de devotos cultores desta deusa sempre meiga e sempre louçã do estudo e do trabalho. Folheiam-se bastante os jornais, corre de mão em mão a literatura amena, lê-se sempre alguma coisa, mas os verdadeiros tesouros da biblioteca, esses dormem o sono do esquecimento (GALVÃO, 1875a, p. 81).

Como vimos, a questão do público que deveria frequentar a Biblioteca Nacional era um assunto ao qual Ramiz Galvão sempre voltava em seus relatórios. Para ele, em uma cidade, era preciso bibliotecas que preenchessem funções diferentes e, em seu projeto, a função da Biblioteca Nacional, a maior do país, não deveria ser receber um público interessado em leituras de jornais e naquilo que ele chamava de “literatura amena”. Ali era o lugar do especialista e do erudito. Para tanto, deveria se preparar para receber esse público, contando com um grupo de funcionários que fizessem mais do que catalogar, presidir as salas de leitura ou cuidar dos empréstimos e consultas (GALVÃO, 1875a, p. 10). A ideia era que houvesse empregados igualmente estudiosos e dedicados às investigações literárias. Os *Anais da Biblioteca Nacional*, periódico que passou a ser publicado a partir de 1876, foram um veículo que buscou justamente colocar esse projeto de biblioteca em prática (CALDEIRA, 2016, p. 177-215). Aqui, gostaríamos de destacar como a dimensão do público chamou a atenção de Ramiz Galvão em sua análise das bibliotecas que observou. Nesse aspecto, a instituição europeia que mais se igualava ao modelo pretendido por Ramiz Galvão era justamente a de Londres, como ele mesmo destaca no trecho abaixo:

Em biblioteca da ordem da *British Museum* (e a nossa pertence a esse gênero, posto que difira muito no que respeito à grandeza) é sempre forçoso estabelecer alguma restrição ao direito livre de entrada, ou pelo menos fiscalizar de qualquer sorte a admissão dos leitores para prevenir os abusos possíveis e quase prováveis. De mais, que inconveniente há em proceder a essa fiscalização? Os trabalhadores sérios se não arreceiam dela, nem deixarão de vir à Biblioteca se de fato precisarem, como precisam, de seus tesouros científicos e literários. Receia-se a grita dos leitores de novelas ou da turba de meninos, que vêm a esta casa estragar estampas ou procurar livros de perigosa doutrina? É exatamente para livrar-se deles que as bibliotecas carecem de opor algum embaraço a admissão franca e sem restrição do público (GALVÃO, 1875a, p. 16).

No projeto de Ramiz Galvão, uma biblioteca da ordem da Biblioteca Nacional não deveria ser para todos os públicos, mas, se fosse, haveria de saber diferenciá-los, separando os verdadeiros estudiosos daqueles que procuravam as bibliotecas por motivos outros. Era assim, por exemplo, que funcionava a Biblioteca de França:

A sala pública de leitura era antigamente comum para todos os estudiosos e frequentadores deste rico depósito bibliográfico; entretanto demonstrou a experiência que o concurso de leitores ali era tal, que se prejudicavam os trabalhos conscienciosos, e por isso resolveu o governo francês estabelecer duas ordens de salas de leitura: uma inteiramente pública, aberta todos os dias da semana e ainda aos domingos, das 10 às 4 horas da tarde, e franca a toda ordem de leitores até a dos ociosos, que, como não é raro, vão ali procurar abrigo contra o frio, ou passar as horas desocupadas de modo mais lícito do que o fariam nos cafés e nas praças públicas; outras em que a entrada não é permitida sem um cartão especial, o qual se obtém

da administração superior mediante pedido por escrito, em que o leitor designe o gênero de investigações que deseja fazer, e em que justifique de modo autêntico seu nome, profissão e domicílio. Aos estrangeiros este cartão de entrada não é concedido sem uma carta de recomendação do ministro de seu país, ou de pessoa assaz conhecida da administração geral (GALVÃO, 1875a, p. 25).

Interessante é perceber que, embora Ramiz Galvão fosse desejoso de ver um público mais selecionado nos salões da Biblioteca Nacional, como acontecia no *British Museum* e em algumas dependências da biblioteca francesa, não conseguiu implementar essa ideia quando da elaboração dos novos estatutos da Biblioteca Nacional. Esses estatutos, que passaram a vigorar a partir de 1876, traziam um conjunto de normas que regulamentava o papel dos funcionários da instituição, suas atribuições e salários, além de estabelecer regras para empréstimos e consultas. Quanto ao acesso à instituição, ela estaria aberta todos os dias do ano (exceto dias santos e de festa nacional) em dois horários: das 9 às 14h e das 18 às 21h. Também permaneceria fechada de 1 a 15 de janeiro e de 15 a 31 de dezembro. Diferentemente da biblioteca britânica, a BN abria suas portas a qualquer pessoa, fosse homem ou mulher, maior de 14 anos, desde que se apresentassem "decentemente vestidas". Entretanto, havia certa censura em relação às obras consultadas, cabendo ao bibliotecário não permitir que menores de 21 anos tivessem acesso a livros que pudessem ofender a moral ou a religião (REGULAMENTO..., 1877, Anexo E, p. 3-4).

Quanto ao público, se Ramiz Galvão não pode ser tão seletivo quanto gostaria e quanto viu nas bibliotecas por onde passou, no que se refere à organização do acervo e do cotidiano da instituição, verificamos que neste aspecto ele pôde implantar aquilo que analisou em sua passagem pelas bibliotecas europeias. Um exemplo disso está na divisão de seções adotadas pela biblioteca brasileira. A partir de 1876, a BN passou a se dividir em três seções: impressos e cartas geográficas, manuscritos e estampas, modelo muito próximo da divisão do acervo do Museu Britânico, embora simplificada, na medida em que duas repartições separadas na congênere britânica, impressos e cartas geográficas, foram agrupadas aqui. Possivelmente, isso se deve às limitações com as quais se tinha de lidar, especialmente no que se refere ao espaço físico e ao número de funcionários. Soma-se a isso também o fato da biblioteca brasileira não dispor de um acervo tão numeroso quanto à congênere britânica. Assim, os modelos observados lá fora tiveram de ser adaptados à realidade brasileira.

O mesmo vale para a consulta às obras da instituição. Neste caso, foi a França que serviu como modelo à instituição brasileira, que adotou um sistema muito semelhante ao existente na Biblioteca Nacional francesa, mais simples do que aquele que vigorava em Londres. Como já destacamos, essas duas instituições europeias tinham, cada qual, seus meios de restrição e seleção do público. No entanto, pela descrição de Ramiz Galvão, o modelo inglês era mais seletivo e burocrático. Isso porque o leitor, maior de 21 anos, não só precisava de uma recomendação assinada por pessoa reconhecida, como também deveria enviar tal recomendação ao diretor da biblioteca com antecedência para que ela fosse avaliada e considerada. Em seguida, ganharia um visto válido por 6 meses. No caso da Bibliote-

ca de França, o processo é descrito de maneira mais simples: dotado da recomendação, o leitor ganhava uma senha e, por meio dela, poderia solicitar seus livros ao oficial, desde que preenchesse devidamente as fichas de pedido. Ao final da consulta, o leitor deveria devolver as obras ao mesmo oficial, que faria retornar ao leitor a sua senha, com a qual poderia sair da instituição. Foi justamente esse mesmo modelo que foi adotado no cotidiano da BN, em meados da década de 1870. Também como se fazia na Biblioteca francesa, o leitor estava limitado à consulta de três obras por vez. Livros raros e manuscritos deveriam ser consultados sob a supervisão dos funcionários da Casa. A ideia era, evidentemente, zelar pelo acervo da instituição, especialmente num momento em que o público frequentador aumentava na Biblioteca Nacional.

Diante desse novo quadro que se abria, o diretor da BN foi justamente à Europa, modelo de civilização e organização, analisar as suas bibliotecas para tomar delas um modelo de funcionamento para a BN. Embora esta ainda fosse modesta frente a instituições como o *British Museum* e a Biblioteca de França, o desejo era que um dia se igualasse a elas. Daí o esforço em se inspirar nesses espaços, fazendo adaptações aos modelos, mas sem, com isso, retirar a sua essência: zelar pelo acervo, trabalhar na constituição de um público de especialistas e de um corpo de funcionários cada vez mais qualificado. Tudo isso, evidentemente, com o auxílio do poder público. Era assim em outras partes do mundo e Ramiz Galvão acreditava que era assim que deveria ser no Brasil também. Apesar das limitações, o bibliotecário ia atuando justamente nas brechas, estabelecendo pequenas mudanças aqui e ali, até a implementação dos estatutos de 1876, que abriram margem não só para constituir uma rotina de serviços na Biblioteca Nacional, como também possibilitou o seu 1º concurso público para oficial e a edição daquele que seria o carro-chefe do seu projeto: os *Anais da Biblioteca Nacional*.

Embora a Biblioteca Nacional já viesse passando por algumas mudanças desde 1870, foi a partir do retorno de seu bibliotecário que elas se intensificaram. Da mesma forma, foi a partir desse momento que se observou, por parte do diretor da instituição, a formulação de um projeto mais fechado para aquela Casa, projeto este que só pode ser implementado pelo papel de relevo que Ramiz Galvão começava a ganhar naquele momento, na medida em que a sua passagem pela Europa lhe permitira se inserir numa rede de contatos internacionais. Vejamos como isso se deu.

A formação de uma rede de sociabilidade internacional

As viagens realizadas a outros países eram momentos especialmente importantes na relação entre o Estado brasileiro e os intelectuais que estavam ao seu serviço. Isso porque o deslocamento desses homens poderia ajudar na construção de uma imagem positiva do país no exterior. Esses contatos internacionais favoreciam que a imagem da nação brasileira moderna e promotora do progresso das letras pudesse se contrapor à ideia de uma monarquia atrasada e escravocrata. Agindo como mediadores (SIRINELLI, 1998, 2003), os

intelectuais brasileiros acabavam por divulgar o Brasil lá fora, uma vez que representavam suas instituições, e realizavam a importante tarefa de estabelecer contatos e consolidar redes de produção intelectual com academias, bibliotecas, universidades e institutos (COSTA, 2003, p. 57-65).

Nesse sentido, a viagem empreendida por Ramiz Galvão contribuiu não só para a reformulação da biblioteca e a ampliação do seu acervo documental, como também para o fortalecimento de uma rede intelectual internacional. Evidentemente, essa rede não foi formada por ele, mas já existia, sendo tecida por tantos outros intelectuais brasileiros em suas viagens. O ponto que nos parece interessante é pensar como nosso personagem se inseriu nela e cuidou para que ali permanecesse quando retornou para o Brasil. Trabalhou também para ampliá-la, pois buscou estabelecer um diálogo entre a Biblioteca Nacional brasileira e outras instituições congêneres não apenas do Velho Mundo, mas do próprio continente americano.

Os arquivos do IHGB e da Biblioteca Nacional conservam, ainda hoje, cartas trocadas entre Ramiz Galvão e alguns bibliotecários de seu tempo. São, em muitos casos, missivas bastante curtas, que acompanham o envio de algum trabalho para o exterior, especialmente os *Anais da Biblioteca Nacional*. Há também respostas, que acusavam por parte do destinatário o recebimento do material. Podemos supor que o contato com esses bibliotecários estrangeiros provavelmente foi estabelecido ainda durante a estadia de Ramiz Galvão na Europa, já que as datas da correspondência são posteriores ao seu retorno ao Brasil. Isso nos indica, portanto, seu empenho em mantê-los e fortalecê-los. Nessa relação, a correspondência era um veículo fundamental. Por meio dela, trocavam-se não só informações bibliográficas de interesse comum às instituições, como também se mostrava para o “mundo civilizado” que o Brasil possuía instituições de saber e uma produção historiográfica e literária considerável, o que poderia ser comprovado pelos *Anais da Biblioteca Nacional*, que o bibliotecário tanto interesse tinha em divulgar. Como carro-chefe do seu projeto de biblioteca, os *Anais* não poderiam se limitar à circulação local, mas deveriam ser enviados para todos os lugares possíveis, estreitando relações com os já conhecidos bibliotecários europeus, mas também abrindo caminho para o diálogo entre o Brasil e as nações americanas. Não foi por acaso, portanto, que, em ofício datado de 15 de junho de 1878, o diretor da BN tenha informado ao Ministério do Império que enviou o sexto volume do periódico para diversas instituições estadunidenses, como a *State Library of New York*, o *Smithsonian Institution* e a Biblioteca do Congresso Americano. Informou ainda o pedido que fez Henrique Guilherme Williar, ministro plenipotenciário da República norte-americana, para que fizesse chegar ao seu destino os exemplares enviados dos *Anais da Biblioteca Nacional* e para que estimulassem a permuta de publicações similares (BIBLIOTECA NACIONAL, 1878).

Documentos como os mencionados acima são pequenos exemplos da rede na qual Ramiz Galvão estava inserido e seu papel como intelectual, divulgando o Brasil e a BN no exterior. Há, entretanto, dois contatos que nos parecem mais instigantes, não só porque

temos fontes suficientes e disponíveis sobre eles, como também porque nos ajudam a compreender as relações mantidas entre as instituições de saber e os intelectuais brasileiros e estrangeiros nas últimas décadas do século XIX. Estamos nos referindo ao conjunto de cartas existentes nos arquivos do IHGB e da BN e que evidenciam os contatos do bibliotecário brasileiro com dois expressivos intelectuais da época: o francês Ferdinand Denis e o argentino Vicente Quesada.

Começamos por Ferdinand Denis, um velho conhecido dos brasileiros, especialmente dos escritores românticos, a quem ofereceu algumas das bases a partir das quais foi pensada a história da literatura nacional. Nascido em Paris, em 1798, morreu com quase 92 anos, boa parte deles dedicados à *Bibliothèque Sainte-Geneviève*, de onde foi conservador e, mais tarde, administrador (MAGALHÃES, 2011, p. 13). Entre 1816 e 1820, Denis visitou o Brasil e, de suas observações, resultaram obras que tomavam diversos aspectos do país como objetos de estudo, tais como: *Le Brésil. Ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume* (1822), *Résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826), *Une fête brésilienne, célébrée à Rouen en 1550* (1850), além de um artigo sobre o Brasil publicado na famosa *Revue des Deux Mondes* em 1831.

Como destaca Jean-Claude Laborie (2013, p. 66-77), Denis estabeleceu uma estreita relação intelectual com o Brasil, na medida em que se dedicou a conhecer e escrever sobre sua história, populações, natureza e território. Mas não foi só isso. A obra de Denis também esteve no centro do debate sobre a originalidade da literatura brasileira que tanto mobilizou os autores românticos nacionais. Para João Hernesto Weber, Denis foi lido e apropriado pelos românticos, que viram em suas obras a possibilidade de se construir um corpus literário genuinamente brasileiro. Além disso, seu *Résumé* acabou sendo tomado como manifesto para essa geração, justamente pelo destaque que dava à natureza, aos costumes, às tradições e ao indígena, elementos que, à época, eram considerados fundamentais para nortear a produção poética e literária dessas terras. Esses três elementos, continua Weber (1997, p. 33-35), foram tomados como “índices” de nacionalidade, sendo entendidos também como aspectos que diferenciavam a literatura brasileira da literatura lusitana.

Vale salientar que Denis, além de orientador dessa geração romântica, foi também uma espécie de referência para os intelectuais brasileiros que passavam por Paris (LABORIE, 2013, p. 69). Ramiz Galvão foi recebido por ele e, ao retornar para o Brasil, manteve o contato por meio de diversas cartas, algumas delas pertencentes atualmente aos arquivos do IHGB. Não temos as missivas escritas pelo bibliotecário brasileiro, mas temos aquelas assinadas por Denis e que demonstram que, ao longo dos anos, foi estabelecida entre eles uma relação realmente muito próxima. São comuns expressões de amizade, como “meu caro e amado amigo”, “meu sábio colega” e “meu velho amigo” ou ainda frases saudosas, como “espero com impaciência suas novidades” e “não tenho muitas coisas novas a mandar, mas não quero deixar o correio partir sem lhe dar sinal de vida”. Abundantes são as perguntas sobre a saúde de Ramiz Galvão e as saudações destinadas à “Mme. Galvão”,

evidenciando a relação mais estreita que o diretor da BN mantinha com Denis (DENIS, 1876b, tradução nossa).

As cartas, contudo, nos revelam outra dimensão interessante, especialmente relacionada às trocas de informações bibliográficas e de materiais entre os dois bibliotecários, ao papel de mediador ocupado por ambos, cada qual em seu país, e à importância de Denis como difusor, na Europa, do trabalho realizado pelos intelectuais brasileiros e pela própria Biblioteca Nacional. Cabe ressaltar que esta correspondência merecia um estudo à parte, mais aprofundado e que pudesse fazer dialogar as cartas escritas por Ramiz Galvão e por Ferdinand Denis. No entanto, nosso objetivo aqui é apenas evidenciar esse contato, fornecendo alguns trechos que exemplifiquem e nos ajudem a compreender os três aspectos destacados acima, sobretudo porque entendemos que eles são exemplares do tipo de atuação intelectual mediadora de Ramiz Galvão, enquanto esteve à frente da BN.

Certamente, um dos elementos mais presentes nas cartas de Ferdinand Denis são as trocas de informações bibliográficas com o bibliotecário brasileiro e o envio de material de um país para o outro. Denis não descuidava de deixar seu amigo a par das publicações que eram editadas na Europa, notadamente na França. Além disso, é possível perceber, pela correspondência, que o diretor da BN também se encarregava de enviar a Paris algumas obras, dentre as quais, os *Anais da Biblioteca Nacional*, sempre recebidos com muitos elogios pelo erudito francês:

[...] Eu vejo com grande satisfação que a antiga língua brasileira ocupa um lugar de destaque em seus Anais e eu fico sempre maravilhado da bela impressão da nossa coleção; em relação a este propósito, eu o vejo frequentemente como uma prova irrefutável do progresso da tipografia no Rio de Janeiro (DENIS, 1881, tradução nossa).

As trocas eram verdadeiramente constantes e não envolviam somente os exemplares dos *Anais da Biblioteca Nacional*. Nas cartas, encontramos informações de que Ramiz Galvão enviava a Ferdinand Denis outras publicações periódicas brasileiras, como os *Arquivos do Museu Nacional* (DENIS, 1876a, tradução nossa), além de servir como intermediário entre Denis e a Família Imperial, fazendo chegar ao Imperador ou à princesa Isabel algumas obras enviadas pelo bibliotecário francês, inclusive de sua própria autoria:

Eu tenho algum pesar que SM não possa receber por vosso prestativo intermediário a ninharia artística que eu tive a liberdade de lhe oferecer. Mas, de um lado, conhecendo vosso zelo benevolente pelos amigos, eu ousou esperar que a minha *Arte Plumaria* seja apresentada à S.A.I. Madame Condessa d'Eu. Essa verdadeira bagatela fez em Paris e mesmo na Inglaterra um caminho maior do que eu esperava e, malgrado suas omissões ou suas numerosas faltas, ela investe o Brasil, aos olhos dos artistas, de uma indústria encantadora que vai progredindo na vossa esplendida capital, em Santa Catarina e mesmo na Bahia, onde nasceu (DENIS, 1876a, grifo do autor, tradução nossa).

Denis se refere à obra *Arte Plumaria – Les plumes. Leur valeur et leur emploi dans les*

arts au Mexique, au Pérou, au Brésil, dans les Indes et dans l'Océanie, publicada em 1875, e enviada a Ramiz Galvão já no ano seguinte para fazê-la chegar às mãos do Imperador do Brasil. Como, naquele momento, D. Pedro havia partido para uma de suas viagens ao exterior, o diretor da BN não teve dúvidas em apresentar a obra à princesa Isabel, regente do trono. Este livro é um exemplo do universo de interesses de Ferdinand Denis, que compreendida a natureza do Novo Mundo, as línguas e também os costumes de diversos povos americanos, para além, inclusive, do Brasil. Mas a ele interessava não apenas o exótico, como também os progressos intelectuais que se faziam nos trópicos, assim como interessava a ele aquilo que era produzido no “mundo civilizado” europeu. É justamente aí que entra um personagem importante: Charles Porquet, livreiro francês que enviava para o Brasil os livros que Denis queria que chegassem a Ramiz Galvão, e recebia, na França, os livros que este desejava enviar a Denis. Essa relação existia desde 1875, quando encontramos uma das primeiras menções que o bibliotecário fez a esse personagem em um ofício informando ao Ministério do Império que o correspondente garantia à BN um desconto de 20% nos livros comprados pela instituição (BIBLIOTECA NACIONAL, 1875). Mas ele é referido com muita frequência nas cartas de Denis, revelando o papel de destaque que este livreiro, especificamente, tinha. E isso não só porque enviava livros para o Brasil, como também porque era uma peça importante no restrito comércio de obras brasileiras em Paris.

Os excelentes trabalhos que se publicam no Rio de Janeiro são, em sua maior parte, difíceis de encontrar em Paris. Porque não se depositava um número suficiente em casa do bravo M. Porquet, por exemplo, cuja honestidade é bastante apreciada? Assim, poder-se-ia finalmente tomar conhecimento do movimento intelectual que se produz no Rio de Janeiro e em outras cidades em que se efetuam publicações de real valor (DENIS, 1876b, tradução nossa).

Ramiz Galvão, Ferdinand Denis e Charles Porquet estavam, todos eles, envolvidos numa espécie de comércio letrado, selecionando e estimulando quais livros e informações circulariam entre Paris e Brasil. Com isso, possibilitavam o trabalho de outros intelectuais, o que, no caso do diretor da BN, permitia que fosse ocupando, aos poucos, um lugar importante no meio intelectual da Corte. Esses intelectuais eram como pontes entre pessoas de um lado e outro do oceano, para as quais eram enviadas obras ou se faziam pedidos. E, especialmente no caso de Denis, serviam como aliados na tarefa de construir uma imagem mais favorável das instituições e das letras brasileiras no exterior. Não por acaso, Denis apresentou, no 2º Congresso Internacional de Americanistas, ocorrido em Luxemburgo, em 1877, um texto intitulado *La Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro*, propagandando, no Velho Mundo, o trabalho realizado por Ramiz Galvão: a Biblioteca Nacional como instituição de saber e o lugar de mecenas do Estado Imperial.

Se Ferdinand Denis é a figura de destaque na rede de sociabilidade que ligava Ramiz Galvão ao Velho Mundo, outro personagem – Vicente Quesada – é o exemplo mais importante do diálogo que o diretor da BN manteve com instituições no próprio continente americano. Quesada foi administrador da Biblioteca Nacional Argentina, instituição que, no que se refere à sua história, guarda semelhanças interessantes em relação à congênera brasilei-

ra. Um primeiro ponto de proximidade é a própria data de fundação, embora os contextos políticos tenham especificidades em cada país. Como se sabe, a Biblioteca Nacional foi fundada em 1810, a partir do acervo da Biblioteca Real, vindo para o Brasil junto com D. João VI e sua corte. Também nesse ano foi fundada a Biblioteca Nacional de Buenos Aires por Mariano Moreno, um dos “heróis” da chamada Revolução de 1810, movimento que conferiu independência à Argentina. De acordo com Arundell Esdaile, a população da cidade teria doado livros e dinheiro para que fosse aberta uma biblioteca naquele espaço, o que aconteceu dois anos depois, em 1812 (ESDAILE, 1934, p. 335). Nessa época, a Casa, como a congênera brasileira, assumiu o nome de Biblioteca Pública. E as semelhanças não param aí. Assim como a BN do Rio de Janeiro, a biblioteca de Buenos Aires foi administrada por sucessivos bibliotecários ligados aos quadros da Igreja Católica. As coisas só começaram a mudar em 1853, com a chegada de Carlos Tejedor à direção da instituição. Mas foi em 1871 que a Biblioteca de Buenos Aires de fato passou por um período de grandes mudanças, sob a administração de Vicente Quesada.

A nomeação desse diretor ocorreu justamente quando a nação argentina investia profundamente na construção de sua história nacional e na implementação de reformas em favor da educação popular. De acordo com Stella Mari Scatena Franco, nesse período, implementou-se um sistema nacional público e a disciplina História da Argentina foi estabelecida nos currículos dos colégios. Não por acaso, diversos manuais escolares de história foram desenvolvidos desde então até as primeiras décadas do século XX.⁶ Assim, acreditamos que a reelaboração da Biblioteca Nacional Argentina deve ser entendida num contexto em que as elites letradas do país buscavam não só construir sua história, mas também inseri-la no “concerto das nações civilizadas”.⁷ Importa salientar, portanto, não só a convergência na trajetória dessas instituições, mas que essa convergência está relacionada a projetos de construção das histórias nacionais dos dois jovens países. O grande objetivo era inserir suas respectivas nações no “circuito das inovações”. Afinal de contas, essas bibliotecas se reformulavam para mostrar ao público nacional e estrangeiro que seus países estavam atentos ao que havia de mais moderno em relação à produção intelectual e científica, cujo berço era, evidentemente, a Europa.

A administração de Quesada também possui muitos pontos em comum com a de Ramiz Galvão, a começar pelo período. Ele esteve à frente da BN argentina até 1879, o que significa dizer que os dois bibliotecários tiveram administrações praticamente contemporâneas. Além disso, cada um deles representou, para sua instituição, um momento de renovação e de adequação daquelas casas ao que havia de mais moderno em termos de conhecimento científico e de organização bibliográfica. Historiador e diplomata, Vicente Quesada publicou algumas obras históricas e autobiográficas. Teve importante papel político como ministro da província de Buenos Aires, mas sua biografia foi marcada pela atuação como bibliotecário.⁸ Em sua gestão, não só o acervo foi ampliado consideravelmente, como a BN Argentina estreitou seus contatos com congêneres europeias e americanas, inclusive com o Brasil. A instituição também se abriu ao público, ampliando o número de

leitores significativamente: de 2.504, em 1872, para 6.192, em 1876 (ESDAILE, 1934, p. 335-336). A gestão seguinte a de Quesada na Biblioteca Nacional Argentina foi ocupada por Manuel Ricardo Trelles, que deu continuidade ao trabalho do antecessor e, de certa forma, conseguiu ir além, pois fundou a *Revista de la Biblioteca*, interessada em publicar documentos inéditos, de maneira semelhante aos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Assim como Ramiz Galvão, Quesada esteve na Europa no ano de 1874 à procura de documentos históricos e, também como ele, publicou, em 1877, um estudo acerca das bibliotecas europeias, que, mais tarde, foi expandido, passando a englobar também as bibliotecas americanas. Tivemos acesso somente ao primeiro volume desta obra. Um grande livro, em que Vicente Quesada estudou o funcionamento das bibliotecas de Paris, Londres, Munique, Berlim, Dresden, Viena, Bruxelas, Madri, Milão, Turim, Florença, Bolonha e Roma, além de conter um apêndice sobre o Arquivo Geral de Sevilha. Mas, na introdução deste trabalho, o autor remete a outro volume, em que afirma ter analisado as bibliotecas dos EUA, Chile, México, Bogotá, Montevideo e Rio de Janeiro. Evidentemente, esse conhecimento acerca de tantas instituições foi acumulado por meio de diversas viagens. O próprio Quesada explica que esses deslocamentos eram realizados, tendo como objetivo a educação de seu filho, Ernesto Quesada, e que, em troca, oferecia seus serviços ao governo argentino para estudar as bibliotecas da região. O estudo de Vicente Quesada (1877, p. 15-16) acabou chegando à mesma conclusão daquele feito por Ramiz Galvão: a de que o apoio e o financiamento do governo eram indispensáveis para o crescimento de qualquer biblioteca.

Não sabemos se os dois bibliotecários se encontraram no período em que estiveram na Europa. Entretanto, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro guarda algumas cartas trocadas entre eles, quando ambos dirigiam suas instituições. Trata-se de um conjunto de três cartas enviadas por Quesada a Ramiz Galvão, duas delas datadas de 1875. A terceira, datada de 1879, encontra-se em um estado de conservação que não permite a sua leitura. As outras duas, no entanto, revelam os interesses de ambos em conhecer melhor o funcionamento das bibliotecas. Na missiva de 28 de outubro de 1875, por exemplo, Quesada explica ao seu interlocutor o interesse que tem em conhecer os novos regulamentos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e envia uma lista de perguntas, na qual demonstra interesse em se informar a respeito do número de volumes impressos e manuscritos que a biblioteca brasileira possui; o sistema de classificação adotado; o horário de funcionamento; como fazem para manter a limpeza dos livros; se é permitido o empréstimo de obras; além do número e da categoria dos empregados daquela Casa. Em seguida, explica que essas informações seriam utilizadas para que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro figurasse no estudo que estava desenvolvendo sobre as bibliotecas europeias e americanas:

Contando com a benevolência do senhor Diretor e oferecendo por minha parte toda a reciprocidade para qualquer tipo de informes que se relacionem à biblioteca sob minha responsabilidade, devo manifestar ao senhor que, ocupando-me do estudo que fiz na Europa de algumas de suas grandes bibliotecas, queria agora dar

notícias das de algumas capitais da América do Sul e por isso tomo a liberdade de pedir ao Sr. Bibliotecário os antecedentes que são indispensáveis para mim (QUESADA, 1875a, tradução nossa).

Não foi possível ter acesso à carta de Ramiz Galvão a Vicente Quesada, mas sabemos que o bibliotecário não deixou de enviar ao seu colega argentino não só as respostas às questões, como o seu relatório acerca das bibliotecas europeias. Isso porque, em missiva datada de 23 de novembro de 1875, Quesada (1875b, tradução nossa) agradeceu a réplica do bibliotecário e disse que leu com muita atenção o texto de Ramiz Galvão: “Visitei também a Europa, mais como turismo do que preocupado com o estudo da ciência das bibliotecas, mas visitei as de todas as capitais, e por isso posso estimar ainda mais seu laborioso e erudito informe, que terei o dever de citar e elogiar em meu trabalho”.

Como poderíamos imaginar, Ramiz Galvão também não se furtou em aproveitar o contato iniciado por Quesada para conhecer um pouco do funcionamento da congênere argentina. Assim, em sua carta, o diretor da BN de Buenos Aires também responde a questões formuladas pelo bibliotecário brasileiro sobre o edifício da biblioteca argentina, sua história, número de salas, limpeza dos livros, catalogação, empréstimos, relações com as editoras, empregados, verbas para livros etc. O que se percebe é que, em muitos aspectos, as duas instituições pareciam viver momentos semelhantes. Isso porque as queixas de Quesada não parecem muito diferentes daquelas de Ramiz Galvão, pois giravam em torno da inadequação do edifício em que se situava a biblioteca, o baixo salário de seus funcionários, a reforma do sistema de catalogação, além da permuta com outras instituições (como o *British Museum* e a Biblioteca Nacional de França, por exemplo). Da mesma forma, a BN argentina parecia à procura de seu público, uma vez que Quesada (1875b, tradução nossa) destacava na mesma carta, fazendo coro com o bibliotecário brasileiro, que “as bibliotecas metropolitanas estão destinadas a pessoas instruídas e não àqueles que buscam diversões e leituras frívolas”. Assim, vivendo um período em que tudo parecia ainda por fazer dentro das bibliotecas das duas maiores cidades da América Latina, só restava a Quesada (1875b) sugerir uma cooperação entre elas, seja através da troca de informações, seja pelo intercâmbio de materiais. A cooperação e a troca de informações era uma forma, tanto para Ramiz Galvão, quanto para Vicente Quesada, de lidar com o problema da construção de uma história pátria, com a modernização das instituições de saber de seus países e com o lugar das “jovens” nações da América Latina dentro do mundo “civilizado”.

Considerações finais

A viagem que Ramiz Galvão empreendeu ao continente europeu em 1873 pode ser entendida como momento de inflexão na biografia deste intelectual, mas também pode ser considerada um momento-chave na trajetória da própria Biblioteca Nacional. A partir de então, o processo de modernização da instituição, já em desenvolvimento desde que aquele jovem letrado assumiu a direção da Casa, ganhou “corpo”, sobretudo porque passou a se espelhar fortemente nos modelos das bibliotecas de França e Inglaterra, agora

efetivamente conhecidos e estudados. Além disso, a viagem inseriu a BN e seu diretor em um circuito letrado internacional, que envolvia livreiros, instituições e bibliotecários, e fez da Biblioteca Nacional um elemento de ligação entre o Brasil e a Europa. Em outras palavras, este período significou para a Biblioteca Nacional um movimento de redefinição de sua função como local a serviço das letras, bem como a sua construção como uma espécie de “vitrine do Brasil”. Não de um Brasil atrasado e escravista, mas de um Brasil em busca da sua inserção no dito “mundo civilizado”.

Além disso, a viagem empreendida por Ramiz Galvão, bem como a correspondência que trocou com Vicente Quesada e Ferdinand Denis, nos permitem pensar como se deu a inserção dos letrados brasileiros numa rede intelectual que extrapolava as fronteiras nacionais, mostrando o forte intercâmbio mantido entre livreiros e bibliotecários dos dois lados do Atlântico. Na pesquisa aqui proposta, nos centramos em três letrados que se inseriram nos debates intelectuais de seu tempo por meio das instituições às quais estavam ligados, mantendo-se em diálogo constante uns com os outros. O contato entre eles, por um lado, fortaleceu a Biblioteca Nacional, afinal era uma forma de aumentar seu acervo e torná-la conhecida no exterior. Por outro, lançou Ramiz Galvão a um lugar importante nessa mediação entre os homens de letras de dentro e de fora do país. Mas não só isso: esses diálogos também nos conduzem a um sofisticado comércio de livros, objetos, papéis e informações que serviam ao fortalecimento de instituições de saber e também a interesses pessoais, revelando a importância das bibliotecas e dos intelectuais para aquilo que poderíamos chamar, nas palavras de Michaël Werner (1994), de um “comércio cultural das nações”.

Referências

Fontes

AGUILAR, Werneck de. *Carta autografa de Werneck de Aguilar ao Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, informando não ter encontrado na Real Biblioteca de Berlim documentos que interessem à história do Brasil*. 22 de fevereiro de 1874. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1874. (Manuscritos).

ARQUIVO NACIONAL. Ofício de 30 de março de 1871. *Ofícios do Bibliotecário (1868-71)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1871. (Manuscritos).

REGULAMENTO da Biblioteca Nacional, anexo ao Decreto n. 6141 de 4 de março de 1876. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira*, 1876. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877. Anexo E, p. 3-4.

BIBLIOTECA NACIONAL. Ofício de 15 de junho de 1878. *Coleção Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1878. (Manuscritos).

BIBLIOTECA NACIONAL. Ofício de 9 de agosto de 1875. *Coleção Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1875. (Manuscritos).

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DENIS, Ferdinand. *Carta de Ferdinand Denis a Ramiz Galvão*. 14 de junho de 1876. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1876a. (Manuscritos).

DENIS, Ferdinand. *Carta de Ferdinand Denis a Ramiz Galvão*. 16 de novembro de 1876. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1876b. (Manuscritos).

DENIS, Ferdinand. *Carta de Ferdinand Denis a Ramiz Galvão*. 18 de julho de 1881. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1881. (Manuscritos).

GALVÃO, Ramiz. Bibliothecas Públicas de Europa. Relatório apresentado ao Ministério dos Negócios do Império pelo Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão em 31 de dezembro de 1874. In: BRASIL. Ministério do Império. Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira. *Relatório apresentado a Assembleia Legislativa na 4ª sessão da 15ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, 1875a*, anexo D. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875a. Anexo D, p. 1-82.

GALVÃO, Ramiz. *Cartas do Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão a Luiz Felipe Saldanha da Gama*. 23 de julho de 1872. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1872. (Manuscritos).

GAMA, Luiz Felipe. *Carta de Luiz Felipe Saldanha da Gama ao Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, descrevendo sua estada em Lisboa, quando da permanência da corveta "Niterói", em visita oficial ao porto desta cidade*. 1872. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1872. (Manuscritos).

QUESADA, Vicente. *Carta de Vicente Quesada a Ramiz Galvão*. Buenos Aires, 28 de outubro de 1875. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1875a.

QUESADA, Vicente. *Carta de Vicente Quesada a Ramiz Galvão*. Buenos Aires, 23 de novembro de 1875. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1875b.

QUESADA, Vicente. *Las Bibliotecas Europeas y Algunas de la America Latina*. Buenos Aires: Imprenta y Librería de Mayo, 1877.

Bibliografia

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O Bibliotecário Perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: FBN, 2017.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. Ramiz Galvão e o projeto de uma biblioteca nacional. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia. *Intelectuais Mediadores: Práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 177-215.

CASTRO, César Augusto. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 159-207, jul.-dez. 2007.

CHARTIER, Roger. O homem de letras. In: VOVELLE, Michel. *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997. p. 117-153.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

COSTA, Wilma Peres. Viagens e peregrinações: a trajetória de intelectuais de dois mundos. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (Orgs.). *Intelectuais: Sociedade e Política*. Brasil-França. São Paulo: Cortez, 2003. p. 57-81.

DUTRA, Eliana de Freitas. The mirror of History and images of the nation: the invention of a national identity in Brazil and its contrasts with similar enterprises in Mexico and Argentina. In: BERGER, Stefan (Org.). *Writing the Nation*. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 84-102.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Intellectuals and tradition. *Daedalus*, v. 101, n. 2, Spring 1972.

ESDAILE, Arundell. *National Libraries of the World: their history, administration and public services*. Londres: Grafton & Co, 1934.

FRANCO, Stella Mari Scatena. *Luzes e sombras na construção da Nação Argentina: Os manuais de História Nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista, SP: Edusf, 2003.

GOMES, Angela de Castro. *Em Família: a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto*

Freyre. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu, viajante. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p. 15-36, jun. 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 389-410, jul.-out. 2000a.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Reinventando a Tradição: sobre antiquariado e escrita da história. *Humanas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1/2, p. 111-143, 2000b.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. *Manoel Cícero Peregrino da Silva, a Biblioteca Nacional e as origens da documentação no Brasil*. 2016. 2 v., 341 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

KRIEGLER, Blandine. *L'Histoire à l'Age Classique*. Paris: PUF, 1988. 4 v.

KURY, Lorelai. As artes da imitação nas viagens científicas do século XIX. In: ALMEIDA, Marta; VERGARA, Moema. *Ciência, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Mast, 2008. p. 321-334.

KURY, Lorelai. Viajantes naturalistas no Brasil Oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, supl., p. 863-880, 2001.

LABORIE, Jean-Claude. Estudos de mediações: o caso Ferdinand Denis. *Ponto e Vírgula*, São Paulo, n. 13, p. 66-77, 2013.

LAJOLO, Marisa. Introdução. In: BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 11-32.

MAGALHÃES, Basílio de. Apresentação. In: DENIS, Ferdinand. *Uma Festa Brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2011. p. 9-24.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Capítulos de Capistrano. In: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA. *Os descobridores: Mário de Andrade, Capistrano de Abreu e os descobrimentos do Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1997. (Relatório de Pesquisa Integrada). Disponível em:

<<http://www.historiaecultura.pro.br/modernosdescobrimientos/desc/capistrano/capitulo-loscapistrano.htm>>. Acesso em: 05 fev. 2015.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História: Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003.

MOTA, Isabel Ferreira da. Os Historiadores, o mecenato e o clientelismo. Autonomia e dependência (1700-1750). *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 19, p. 471-493, 1998.

NAXARA, Márcia. *Cientificismo e sensibilidade romântica: Em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004.

NICOLAZZI, Fernando. Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Estudos sobre Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 240-265.

PENNA, Maria Luisa. *Luiz Camillo: Perfil Intelectual*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 51-86. (Memória-História, v. 1).

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 259-280.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Fundação FGV, 2003. p. 231-269.

SIRINELLI, Jean-François; LEYMARIE, Michel. *L' Histoire Intellectuel Aujour' hui*. Paris: PUF, 2003.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEBER, João Hernesto. *A nação e o paraíso: A construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: UFSC, 1997.

WERNER, Michaël. "Histoire littéraire" contre litteraturgeschichte. La genèse d'une vision historienne de la littérature en France et en Allemagne pendant la première moitié du XIXe siècle. *Genèses*, n. 14, p. 4-26, 1994. (France-Allemagne transferts, voyages, transactions).

Notas

1 Este artigo é parte da tese de doutorado "O Bibliotecário Perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional", defendida em 2015, e publicada pela EDIPUCRS e pela Fundação Biblioteca Nacional, em 2017. O texto publicado aqui passou por pequenas modificações, em virtude do desenvolvimento de um novo projeto de pesquisa, intitulado "Intelectuais, instituições e práticas historiográficas. A escrita da história nacional no Brasil e na Argentina nas últimas décadas do século XIX", e que conta com o apoio da PRPq/UFMG e do CNPq.

2 Para que a leitura de nosso texto fosse mais fluente, optamos por atualizar a grafia de toda a documentação citada.

3 Sobre essa questão, ver Guimarães (2000a), Kury (2001, 2008), Sússekind (1990) e Naxara (2004).

4 Sobre Capistrano de Abreu, ver também Gontijo (2010).

5 Em 1871, atuavam na BN, além de Ramiz Galvão, dois oficiais, dois praticantes e um guarda.

6 Alguns desses manuais são *Lecciones de la Historia de la República Argentina*, de José Manuel Estrada (1868), *Lecciones de Historia Argentina*, de Clemente Leôncio Fregeiro (1886), *Manual de Historia Argentina*, de Vicente Fidel López (1898) e *Lecciones de Historia Argentina*, de Ricardo Levene (1912). Esses livros foram objeto de estudo de Franco (2003).

7 Em seu artigo *The mirror of History and images of the nation*, Eliana Dutra ressalta o esforço das elites latino-americanas na construção da identidade nacional em seus países, especialmente entre a segunda metade do século XIX e primeira do século XX. Trabalhando com os exemplos do México, Argentina e Brasil, a autora destaca como intelectuais desses três países (inclusive o próprio Ramiz Galvão) atuaram na busca de celebrar as características que conferiam especificidades às suas nações, mas, ao mesmo tempo, esforçando-se para inseri-las no rol do mundo branco civilizado. Nesse sentido, empreendimentos editoriais como o *Catálogo de Exposição de História do Brasil*, editado por Ramiz Galvão, e o *Diccionario Universal de Historia e Geografía*, criado pelos letrados mexicanos em fins do Oitocentos, foram ferramentas importantes na construção e definição dessas identidades (DUTRA, 2007).

8 Informações retiradas do site da Biblioteca Nacional Argentina: <<http://www.bn.gov.ar/galeria-de-directores>>, acessado em 12 de março de 2014. Sobre a formação da biblioteca argentina, ver também Esdaile (1934, p. 335).

Ana Paula Sampaio CALDEIRA. Doutora em História pelo CPDOC/FGV. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha, Belo Horizonte - MG, 31270-901

Recebido em: 15/04/2017

Aprovado em 03/09/2017